

geográficos e cartográficos cada vez mais atualizados e em contínuo aperfeiçoamento técnico.

O Senhor Ministro Hélio Beltrão, em seguida, manifestou, com palavras lisonjeiras, sua impressão favorável quanto aos trabalhos da Fundação, cuja direção, entregue a homens da casa, merecia sua confiança e apoio. Disse S. Exa que vinha acompanhando bem de perto as atividades da insti-

tuição, reconhecendo os esforços realizados pelos diversos setores no sentido de atender às inúmeras solicitações de dados formulados pelo Governo e pelo setor público. Ressaltou, ainda, o Ministro Hélio Beltrão sua confiança nos destinos da Entidade, esclarecendo que vinha procurando mantê-la imune às influências de natureza política ou de qualquer outra interferência que pudessem comprometer o bom andamento de suas atividades.

## Curso de Férias — 1968

Com aula inaugural sobre o tema “O problema da generalização do estudo do fato geográfico” ministrada pelo Prof. Miguel Alves de Lima, Diretor-Superintendente do Instituto Brasileiro de Geografia, realizou-se no período compreendido entre os dias 3 e 26 de janeiro de 1968, o tradicional Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio.

O Curso compreendeu aulas, seminários, excursão geográfica e projeções de diapositivos sobre a Geografia Geral do Brasil, Cartografia e Metodologia da Geografia, equacionando os problemas fundamentais da Geografia Moderna.

Como nos anos anteriores participaram professores de Geografia de todos os Estados e Territórios da União.

## I Conferência Nacional de Estatística

Com a presença de representantes dos ministros de Estado, do Presidente da Fundação IBGE, e numerosas autoridades civis e militares e de grande número de técnicos oriundos de diversos pontos do país, instalou-se, no auditório do Ministério da Educação, sob a presidência do Ministro Hélio Beltrão, a I Conferência Nacional de Estatística.

Abrindo a sessão, falou o Sr. Ministro Hélio Beltrão (discurso transcrito ao final deste noticiário), seguindo-se-lhe a fala do Sr. Presidente da Fundação, Professor Sebastião Aguiar Ayres (também transcrita, na íntegra, no final deste noticiário).

Usaram, ainda, da palavra o Professor Isaac Kerstenetzky, Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, e o Dr. Paulo Dantas, Diretor do Departamento de Estatística de Sergipe.

O Governador de São Paulo, Doutor Abreu Sodré, enviou expressiva mensagem de apoio aos trabalhos da ..... CONFEST, lida em plenário pelo Diretor-Superintendente do IBE, Sr. Raul Romero de Oliveira. O Ministro Hélio Beltrão, a seguir, encerrou a solenidade.

### TRABALHOS DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA CONFEST

Conforme o programado, reuniram-se, às 9 horas do dia 30 de maio, as Comissões Técnicas da I CONFEST, com a presença de representantes de entidades governamentais e privadas, de âmbito federal e estadual.

As Comissões Técnicas, em número de cinco, são as seguintes: “A” — Plano Nacional de Estatísticas Básicas — que tem como Coordenador o Professor

Isaac Kerstenetzky e como Relatores os Estatísticos Raul Romero de Oliveira e Vinícius Fonseca; "B" — Aplicação da técnica de amostragem nos levantamentos prioritários — que tem como Coordenador o Professor Jessé Montello e como Relatores os Senhores Carlos Marcos Barbosa e Áureo Pinto de Figueiredo; "C" — Os Censos de 1970 — que tem como Coordenador o Professor Maurício Rangel Reis e como Relatores: os Senhores Amaro Monteiro e Rudolf Wuenshe; "D" — Estatísticas Derivadas — que tem como Coordenador o Professor David Carneiro Jr. e como Relatores os Srs. José Bastos Távora e Arthur Pinto Ribeiro Candal; e "E" — Pessoal Estatístico — que tem como Coordenador o Professor Orlando de Maria e como Relator o Professor Henrique Tafuri Malvar.

Estas Comissões debateram os seguintes trabalhos.

#### I — *Trabalhos oficiais*

##### *Comissão "A"*

Fluxos internacionais e inter-regionais de mercadorias (Moysés Kessel)

##### *Comissão "B"*

A pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (Carlos Marcos Barbosa)

Pesquisas Demográficas (João Lyra Madeira e Manuel Augusto Costa)

Levantamentos das Estatísticas Industriais (David Carneiro Júnior)

Pesquisas no Campo Agropecuário (Hilton Cunha)

##### *Comissão "C"*

Plano para o Censo Demográfico de 1970 (Equipe do Serviço Nacional de Recenseamento)

Plano para o Censo Agropecuário de 1970 (Maurício Rangel Reis)

Plano para o Censo Comercial de 1970 (Equipe do Serviço Nacional de Recenseamento)

Plano para o Censo dos Serviços de 1970 (Equipe do Serviço Nacional de Recenseamento)

Plano para o Censo Industrial de 1970 (Equipe do Serviço Nacional de Recenseamento e Rudolf Wuenshe)

##### *Comissão "D"*

Índice de Produção industrial — Plano compatível com as disponibilidades estatísticas do setor para execução a curto prazo (Ralph Miguel Zerkowski)

Índice de Preços — necessidades mínimas (Janes Ângelo de Souza)

As Projeções de População (Instituto Brasileiro de Estatística)

As Contas Nacionais do Brasil — necessidades atuais de informações estatísticas para o seu aperfeiçoamento (Ângelo Jorge de Souza)

##### *Comissão "E"*

Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Médio e Superior — sugestões para a programação a curto e médio prazo (Antônio Tânios Abibe)

#### I — *Contribuições*

##### *Comissão "A"*

Padrões Estatísticos para o Planejamento Brasileiro (Cláudio Alves de Souza)

Classificação de Atividades Econômicas. Atividades da Lei de 2/3 (Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho)

As Estatísticas e Análises dos Problemas Habitacionais (Serviço Nacional de Pesquisas Habitacionais — CENPHA)

##### *Comissão "B"*

Amostragem Aplicada à Estatística por Vias Internas (Departamento de Estatística do Estado de São Paulo)

### *Comissão "C"*

Censo Demográfico — necessidades do BNH para formulação e acompanhamento do Plano Nacional de Habitação (Geraldo Estelita Lins e Carlos Alberto Teixeira Leite)

### *Comissão "D"*

A Taxa de Crescimento da Economia Brasileira (José Guilherme Pinheiro Côrtes)

### *Comissão "E"*

As Estatísticas nos Territórios e a Carência de Pessoal (Alberto de Andrade Uchôa)

Sugestões sobre aperfeiçoamento técnico do pessoal do sistema Estatístico Nacional (Alvaristo do Amaral Padilha)

Sugestões à SUDENE de apoio ao Centro de Formação do Pessoal de Estatística de Sergipe (Paulo Gomes Dantas)

Adoção de Providências para a celebração de convênio com a Superintendência do desenvolvimento do Nordeste — SUDENE (Paulo Gomes Dantas)

Estatística e Desenvolvimento (Joffre Borges de Albuquerque e Leomax Falcão)

Discurso do Exmo. Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Hélio Marcos Penna Beltrão, na Sessão Solene de Abertura.

Meus Senhores.

É com a maior satisfação e os melhores augúrios que declaro instalados os trabalhos da Primeira Conferência Nacional de Estatística. A circunstância de tratar-se da primeira reunião do gênero, de âmbito nacional, promovida pela Fundação IBGE, confere ao acontecimento significado especial.

Interessado em proporcionar ao IBGE condições de flexibilidade e autonomia de ação que lhe permitissem atender melhor à demanda de estatísticas imprescindíveis à planificação do desenvolvimento do país, houve por bem o Governo introduzir no sistema

estatístico-geográfico modificações de natureza institucional. Surgiu daí a Fundação IBGE, capacitada para assegurar continuidade à meritória obra ibegeana de mais de três decênios, já agora, porém, com os reajustamentos exigidos pelas novas realidades.

A vinculação da Fundação IBGE ao Ministério do Planejamento decorreu do propósito de garantir o íntimo entrosamento entre o aparelho nacional de prospecção estatístico-geográfica e os órgãos encarregados do planejamento.

Sempre considereirei o IBGE com especial apreço, no conjunto da administração pública brasileira, atento, sobretudo, à originalidade de sua estrutura e à importância das tarefas a seu cargo. A transformação por que passou, recentemente, buscou adaptar essa originalidade estrutural à incessante batalha do país, ora voltado para a ingente batalha do desenvolvimento.

E esta Primeira Conferência Nacional de Estatística, reunindo, sob os mesmos princípios e a mesma inspiração, elementos representativos do Governo e da atividade privada, bem traduz a abertura que se opera no sentido da expansão e do aperfeiçoamento dos serviços estatísticos, de acordo com as necessidades dos usuários de ambos os setores.

Encontra-se o país numa fase decisiva de seu processo de desenvolvimento. Eliminados, com a Revolução, os fatores de instabilidade política e social, restabeleceu-se, a partir de 1964, a confiança na ordem e nas instituições e o respeito ao Governo. Era preciso reaparelhar os órgãos de apoio ao planejamento governamental. E os serviços de estatística figuram na primeira linha desse apoio, que começa a fazer-se sentir na aplicação da nova Estratégia de Desenvolvimento, que visa à pensão global de bens e de serviços, através do aumento substancial do mercado interno e externo, da aceleração da tecnologia, do fortalecimento da indústria nacional, da consolidação da infra-estrutura econômica e social, do aumento da eficiência do sistema produtivo e de outras medidas estimuladoras.

Enfrentar a batalha do desenvolvimento simultaneamente com o controle da inflação é o grande desafio com que se defronta a ação político-administrativa do governo, sob a firme liderança do Presidente Costa e Silva. Os resultados que já se assinalam, no período posterior à Revolução de 1964, justificam a mais fundada certeza de que o Brasil conseguiu tornar compatíveis progresso econômico e saneamento das finanças, ou seja desenvolvimento e contenção da inflação.

A expansão do produto bruto nacional e a redução simultânea do ritmo inflacionário estão expressas em índices de clara evidência, através dos quais se configura, em honra dos Governos da Revolução, um fenômeno de recuperação altamente significativo. Em todos os setores da vida brasileira se manifestam os estímulos da ação governamental, para rebentarmos, dumavez, as limitações do subdesenvolvimento. É o caso para só citar um exemplo, das exportações nacionais, em cuja pauta os produtos industrializados já começam a assumir extraordinária importância, constituindo, em valor, o segundo item, logo após o café, como testemunho iniludível de nosso esforço para libertar-nos, na concorrência dos mercados mundiais, da subalterna condição de simples fornecedores de produtos básicos.

Todo esse esforço, porém, como os demais implícitos na Estratégia do Desenvolvimento, somente adquirirá condições de êxito se tiver a apoiá-lo uma opinião pública consciente e vigilante; se governantes e governados se identificarem na fidelidade a objetivos comuns, dentro do mesmo sentido de um nacionalismo objetivo e progressista. É uma idéia que constitui viva preocupação de nosso espírito, essa, de criarmos definitivamente no país o clima de confiança necessário à causa do desenvolvimento, cuja vitória final estou certo de que só poderá ser alcançada mediante a consolidação de uma consciência unânime do povo brasileiro. Temos de contrapor, aos distorcidos efeitos de uma deplorável desinformação sobre as realidades nacionais, a plena consciência do importante momento

histórico que atravessamos, o senso de participação de todos e de cada um, para que se criem, no plano moral, as forças de estímulo imprescindíveis ao êxito de uma empresa que não é do Governo, como entidade isolada, mas deve ser fruto conseqüente de firme vontade coletiva.

Para a formação consciente dessa vontade coletiva a *informação* constitui elemento básico.

A informação é, realmente, o melhor instrumento para desmoralizar o árido pessimismo com que, paradoxalmente, tantos de nossos patricios se comprazem, de maneira um tanto mórbida, em exprimir seu amor ao Brasil ou suas preocupações com os destinos do país.

Se Estatística é instrumento imprescindível de planificação, também é, bem o sabeis, elemento fundamental da boa informação. Duas contribuições, essas, de alcance inestimável, que os órgãos responsáveis pela elaboração dos dados numéricos podem oferecer ao processo de desenvolvimento em que nos devemos empenhar, com firmeza e decisão. Ao mesmo tempo que nos assegura suporte ao planejamento, a estatística nos pode dar, pelo esclarecimento objetivo dos problemas nacionais e pela aferição sistemática das soluções, aquele clima espiritual de confiança capaz de engajar o povo brasileiro, como um todo, no esforço decisivo em prol do desenvolvimento.

Daí por que acentuei, de comêço, a satisfação com que venho, em nome do Governo, declarar instalada esta Primeira Conferência Nacional de Estatística. Estou certo de que, das atividades que hoje se iniciam, advirão resultados os mais fecundos, no sentido da crescente melhoria das estatísticas brasileiras, em função das exigências e necessidades que se manifestam, imperiosamente, nos diversos setores da ação governamental e da atividade privada.

Basta percorrer o temário proposto, para sentir a importância das matérias em debate. O Plano Nacional de Estatísticas Básicas, com vistas à sua adequação, ao planejamento econômico, às prioridades para sua execução e a outros aspectos ligados

à sua total exequibilidade, abrange assuntos da maior oportunidade. Releva acentuar, também, o extraordinário interesse que assume o exame dos problemas referentes à aplicação da técnica de amostragem aos levantamentos estatísticos prioritários, bem como a apreciação dos Planos Gerais dos Censos a serem realizados em 1970. Ao debate desses itens fundamentais, incorpora-se o exame de temas não menos importantes, como os relativos às estatísticas derivadas e à formação e treinamento profissional no campo estatístico.

Desejo salientar que os resultados já obtidos pela Fundação IBGE em pouco tempo, não só no que concerne ao grau de atualização alcançado na divulgação das estatísticas industriais, como na adoção de novos métodos de trabalho, de que é exemplo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, indicam que a Entidade, sob a orientação capaz e segura, corresponderá à confiança que nela depositamos.

Estou certo de que as equipes ibegeanas, pelo país afora, saberão aproveitar da melhor maneira os meios que lhes são oferecidos para imprimir crescente eficiência à execução dos novos planos de levantamentos e inquéritos estatísticos, que vêm sendo dinamizados pela atual direção do IBGE. E quero deixar igualmente consignada a confiança do Governo, de que esta Conferência assinalará um marco expressivo na evolução e aperfeiçoamento da Estatística brasileira.

Discurso pronunciado pelo Senhor Presidente da Fundação IBGE e da I CONFEST, Professor Sebastião Aguiar Ayres, na Sessão Solene de Abertura.

Meus Senhores,

Após as palavras de confiança e estímulo do Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Beltrão, abrindo os trabalhos desta Primeira Conferência Nacional de Estatística, de que é o Presidente de Honra, desejo, ao dirigir minhas saudações aos participantes deste importante encontro, manifestar a certeza de que dele resultarão os melhores proveitos para o planejamento e a execução das tarefas ligadas à Estatística brasileira.

Esta reunião assinalará expressivo marco na caminhada pelo progresso e aperfeiçoamento dos serviços estatísticos em nosso País. Além dos representantes dos Ministérios, no âmbito federal, dos Governos Estaduais, na esfera regional, e de outras entidades públicas, participam do encontro organizações do setor privado, bem como técnicos e especialistas na matéria. Reúnem-se produtores e usuários de estatísticas em todo o país, com o objetivo de debater problemas comuns e equacionar, a respeito, soluções consentâneas com as possibilidades e necessidades nacionais.

Teremos, assim, sob a égide da Fundação IBGE, responsável pela orientação normativa e supervisão técnica dos órgãos integrantes do sistema estatístico nacional, ampla troca de informações e esclarecimentos, que, ao lado do exame aprofundado de planos e programas, tornarão possíveis sugestões objetivas, tendo em vista o aperfeiçoamento dos trabalhos estatísticos e sua adequação às realidades ambientais.

As matérias a serem debatidas, nesta Primeira Conferência Nacional de Estatística, situam-se exclusivamente no âmbito técnico. Serão analisados programas de trabalho, dentro de critérios prioritários, segundo as reais necessidades quanto às estatísticas basicamente reclamadas pelo esforço de desenvolvimento. E, dentre elas, as que mais de perto se refiram às condições sociais e econômicas e à segurança nacional.

Mas a importância deste encontro não decorre apenas da dominância técnica, implícita nas motivações da Conferência; decorre, também, da singularidade de tratar-se da primeira reunião do gênero, de caráter nacional, após a transformação de natureza institucional que houve por bem o governo da República imprimir ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. E nenhuma oportunidade se afigura mais apropriada do que esta, quando se dá início à Primeira Conferência Nacional de Estatística, exatamente no dia em que se festeja mais um aniversário do IBGE, para rememorarmos as razões que levaram os altos poderes governa-

mentais à criação da Entidade, e que, em síntese, residiam na deficiência de dados estatísticos essenciais e atuais, indispensáveis à ação realística dos governantes.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi então confiada, na segunda metade da década de 30, a missão de suprir o Governo desses elementos insubstituíveis para a formulação de seus planos, bem como de proporcionar à Nação o conhecimento das verdadeiras dimensões físicas, demográficas e sócio-ecômicas do Brasil. Idealizado e organizado nos lineamentos de um modelo cujo ineditismo atraiu a atenção, até mesmo no estrangeiro, pela feliz harmonização das peculiaridades do sistema imaginado em relação ao tríplice esquema da administração brasileira — federal, estadual e municipal —, o IBGE funcionava dentro de um mecanismo de cooperação dessas três esferas administrativas, através de delegações de que era investido. Como a Constituição vigente à época não determinava qual dos poderes tinha competência para legislar sobre os assuntos estatísticos, somente esse esquema tornou possível adequar o órgão às finalidades previstas.

Esse engenhoso e original mecanismo funcionou a contento, durante largo tempo. Convém lembrar que, no curso desse período, o IBGE correspondeu plenamente ao que dele se esperava. Foram alcançados, nessa fase, êxitos expressivos, sobretudo no que se refere ao aparelhamento destinado à coleta dos dados primários, de âmbito municipal, e à divulgação sistemática das estatísticas oficiais. Os dirigentes do Instituto, que haviam sido seus idealizadores, dentre eles se destacando a figura apostolar de Teixeira de Freitas, não se descuidaram um só instante, por essa época, do imperativo de colocar o IBGE em consonância com a evolução do País, para que a entidade estivesse sempre ao nível do melhor desempenho possível de seus encargos.

A renovação e o aperfeiçoamento constituíam preocupações constantes dos primeiros dirigentes desta Casa. Renovação e aperfeiçoamento que incluíam o esforço no sentido de ade-

quação das aptidões e das virtualidades do Instituto, quando de sua origem, às realidades do meio a que tinha de servir. Pois, dessas virtualidades é que resultavam a faculdade de decidir, por si mesmo, sobre a estruturação de seus órgãos e a liberdade de mobilizar seu pessoal, que seria “todo êle admitido por contrato, em regime industrial”, nos termos do Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934.

Essa condição jurídica inicial, que fizera do Instituto uma organização “sui generis” no panorama administrativo brasileiro, foi aos poucos perdendo as características originais. Para bem funcionar, a estrutura idealizada por Teixeira de Freitas teria de cingir-se às peculiaridades que lhe emprestavam feição especial no complexo administrativo do País. Deixando de ser assim, a partir de certo período, tornou-se inevitável o entendimento do IBGE como órgão integrado na administração pública federal, na categoria de autarquia mesma do Governo da União, e, portanto, despojado da autonomia e da flexibilidade de ação objetivadas pelos seus idealizadores e fundadores — autonomia e flexibilidade somente possibilitadas dentro das características inspiradoras de sua organização original.

Enquanto o Instituto pôde funcionar segundo a filosofia que propiciou sua criação, suas atividades corresponderam ao que dele era lícito esperar. A pouco e pouco e à medida em que a entidade perdia aquelas características, os impulsos inovadores e a capacidade de realização pronta e eficiente de seus encargos foram sofrendo os entorpecimentos decorrentes da nova situação que se criava, com a perda gradativa das virtualidades originais.

Coincidiu, esse período, com o surto das atividades de planejamento econômico-social e de crescente interesse em torno da identificação e interpretação da realidade nacional, bem assim com o surgimento de organizações destinadas à promoção do desenvolvimento regional. É fácil de ver, por isso mesmo, como a demanda de informações estatísticas se tornou cada vez mais exigente e variada, reclamando do sistema estatístico não só o aperfeiçoamento dos levantamentos de ro-

tina, como a realização de numeroso e importante elenco de novas pesquisas. Ao mesmo tempo, evidenciava-se a impossibilidade em que se encontrava o IBGE, em face dos fatores apontados, de atender prontamente, nas condições desejadas, ao incremento das solicitações, tanto das áreas governamentais como dos setores privados.

Atento ao que vinha acontecendo, o Conselho Nacional de Estatística bem se apercebia do descompasso, cada vez maior, entre a solicitação de novas e mais atuais estatísticas e as reais possibilidades do sistema. Desenvolveu, por isso, esforços tenazes para colocar-se em melhores condições técnicas e administrativas. Promoveu, justamente com outras entidades, movimentos visando ao encontro dos caminhos mais aconselháveis para a ampliação e atualização dos levantamentos estatísticos nacionais. Foi assim, quando do I Seminário de Estatística, realizado em dezembro de 1958, sob os auspícios do Instituto Roberto Simonsen, que recomendou a adoção, no setor da pesquisa estatística, de métodos e processos adequados ao ritmo de desenvolvimento do País. Mais adiante, em 1962, cooperou o Conselho Nacional de Estatística do Grupo de Trabalho, organizado pela COPLAN — Comissão Nacional de Planejamento — para elaborar um plano de ampliação e atualização dos levantamentos estatísticos nacionais.

É oportuno referir que o Relatório apresentado por esse Grupo de Trabalho advertia que “a permanência de processos obsoletos na execução dos levantamentos e a dispersão de esforços em inquéritos de importância secundária, em detrimento de aspectos de maior essencialidade, vinham dificultando a ação de coordenação técnica, que, institucionalmente, cabia ao Conselho Nacional de Estatística”. E apontava novos rumos, ao salientar que “a par de aperfeiçoamentos de natureza técnica indispensáveis, a melhoria do sistema nacional de Estatística depende de alterações de caráter estrutural”, frisando a “necessidade de centralizar em um só órgão a responsabilidade do planejamento, execução e divulgação das estatísticas que interessam ao País, determinadas num Plano Nacional de Estatística”.

Não se haviam concretizado em iniciativas práticas tais recomendações até a eclosão do movimento revolucionário de 31 de março de 1964, após o qual foram proporcionados ao IBGE ambiente e condições favoráveis a efetiva promoção de medidas de renovação e estruturação há tanto tempo reclamadas.

Foi então que o novo Presidente do IBGE, General Aguinaldo José Senna Campos, apercebendo-se da situação, cuidou de dar sentido prático ao encaminhamento das providências necessárias. Surgiu, daí, a iniciativa do convite ao Estatístico Tulo Hostílio Montenegro, antigo e competente técnico ibgeano, há mais de dez anos exercendo as funções de Secretário-Geral do Instituto Interamericano de Estatística e de Diretor do Departamento de Estatística da OEA, para vir ao Brasil e, após estudos, pesquisas e entrevistas, traçar um diagnóstico sobre os entraves que vinham entorpecendo o funcionamento do sistema estatístico nacional. Durante o mês de maio de 1964, entregou-se Tulo Hostílio Montenegro à missão que lhe fôra confiada, para, a 29 do mesmo mês, exatamente há quatro anos, entregar à Direção da entidade seu relatório, no qual apontava objetivamente os fatores determinantes do desencontro de meios e fins, quanto à estrutura e funcionamento do IBGE, e sugeria as bases de uma reformulação do sistema estatístico nacional.

Tiveram ampla repercussão as conclusões e recomendações contidas no relatório de Tulo Hostílio Montenegro. O sistema estatístico brasileiro — afirmava o ilustre técnico — encontra-se em face de um dilema:

— Ou, num esforço aparentemente superior à sua atual capacidade, enfrenta os problemas assinalados e reorienta suas atividades, a fim de produzir as estatísticas de que o país necessita:

— ou, em proporção cada vez maior e em forma descoordenada, essas estatísticas serão levantadas pelos órgãos da administração pública e pelas entidades privadas que delas necessitam, tornando-se pouco a pouco injustificável a manutenção do sistema como tal.

Aconselhava, entre outras medidas, a constituição de uma Comissão de Alto Nível para “efetuar o estudo cuidadoso dos meios cuja aplicação se requereria para eliminar ou, pelo menos, reduzir os efeitos desfavoráveis dos fatores que afetavam a estrutura e o funcionamento do sistema, e a proposição, aos Podêres Públicos, das medidas necessárias à reformulação de suas bases e à reorientação de suas atividades.

Formava-se, assim, tanto no seio do IBGE como nos demais setores governamentais interessados, a convicção de que algo teria de ser empreendido para colocar a entidade em condições de atender integralmente às exigências novas e crescentes de informações estatísticas, segundo o ritmo de desenvolvimento geral do País. Disso resultou, sob a inspiração do Ministério do Planejamento, o Decreto n.º 58.226 de 20 de abril de 1966, que organizou um Grupo de Trabalho encarregado de estabelecer o Plano Nacional de Estatísticas Básicas. Cabia, especificamente, a êsse Grupo de Trabalho:

- a) Formular o Plano Nacional de Estatística, entendido como o conjunto de estatísticas básicas necessárias à formulação, execução e controle da execução da política econômica e social do governo; e
- b) Propor as medidas de caráter executivo ou legislativo necessárias à realização do Plano, em caráter sistemático.

Constituído de sete membros, três dos quais pertencentes aos quadros funcionais do IBGE, inclusive o então Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o referido Grupo de Trabalho foi coordenado pelo atual Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, o Economista João Paulo dos Reis Veloso, então Secretário-Geral do IPEA. Em relatório, cujas conclusões coincidiam, em linhas gerais, com os estudos anteriores sobre a situação do sistema estatístico nacional, sintetizava o Grupo de Trabalho nos seguintes itens as limitações que tolhiam o Instituto:

- Ausência de flexibilidade institucional, que permita à sua administração (do Instituto) amplo

poder de decisão, dentro das atribuições do órgão, e uma política de pessoal capaz de dotar a instituição do corpo técnico indispensável, qualitativa e quantitativamente, à coordenação de um sistema estatístico moderno e eficiente;

- Inadequado regime de financiamento, pelo fato de haver o Conselho Nacional de Estatística passado a depender, de um lado, de dotações orçamentárias, e, do outro lado, dos recursos da Taxa Municipal de Estatística, esta última sujeita a decisões políticas e de futuro incerto;

- Dificuldade de ser exercida, pela direção superior do sistema, coordenação efetiva sobre órgãos executores não subordinados administrativamente à mesma direção;

- Escassa participação dos usuários no planejamento das atividades do sistema, acarretando insuficiente adequação entre a produção de estatísticas e as necessidades dos consumidores, seja na área governamental, seja no setor privado.

Ainda de acordo com as sugestões do Grupo de Trabalho, os levantamentos a serem realizados pelo “Sistema” constariam do Plano Nacional de Estatística, de caráter anual ou plurienal, abrangendo as estatísticas relativas aos principais aspectos da realidade do País, enquanto os levantamentos destinados ao planejamento econômico-social e à segurança nacional constituíram, prioritariamente, o Plano Nacional de Estatísticas Básicas, cuja execução, direta ou mediante delegação, seria de responsabilidade da Fundação IBGE.

Elaborado pelo Grupo de Trabalho um anteprojeto de Lei, foi este apresentado ao Ministro do Planejamento em setembro de 1966. A 13 de fevereiro de 1967, depois de revisto com base em sugestões feitas por outros órgãos governamentais e pela Direção do IBGE, transformou-se êsse anteprojeto no Decreto-Lei n.º 161, que autorizava a transformação do IBGE em Fundação.

Como vemos, a medida, longe de resultar de decisão precipitada ou da imposição de solução improvisada, decorreu da sedimentação de idéias e

convicções que se foram firmando no decênio que a antecedeu.

Dando execução ao estabelecimento no aludido diploma legal, a Direção do IBGE empreendeu, com a prudência e os cuidados requeridos, a elaboração do Estatuto da nova entidade, o qual, a 2 de agosto de 1967, foi aprovado pelo Decreto n.º 61.126. E a 6 de setembro de 1967 era instalada a FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, quando seu primeiro Presidente foi empossado pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

Sucedendo ao IBGE-autarquia, a Fundação IBGE em nada desvirtua o sentido básico que deu origem, há mais de trinta anos, ao Instituto. As alterações resultantes da modificação de natureza institucional obedeceram ao imperativo de dotar a entidade, novamente, das virtualidades originais, daquilo que fizera do órgão, em seus primeiros tempos, o instrumento adequado à taxa consecução dos fins a que se propunha, fórmula válida para colocá-lo em condições de acompanhar o atual ritmo de desenvolvimento do País. Em síntese, a reformulação objetiva proporcionar ao Instituto o grau de autonomia e de flexibilidade indispensável ao melhor cumprimento de sua missão. Autonomia e flexibilidade que possuía, quando de sua criação, e que lhe está sendo agora devolvida, sob a supervisão segura do Ministro Hélio Beltrão.

Dando cumprimento aos dispositivos estatutários, o Conselho Diretor da Fundação IBGE fez instalar a Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas — CONPLANE —, Colegiado responsável pela coordenação técnica das atividades estatísticas no País, segundo estabelece o artigo 28 do Estatuto da Fundação. Cabe assinalar, nesta oportunidade, que, de acordo com o parágrafo 1.º do artigo 28 do Estatuto da Fundação e a Resolução n.º 4/67 do Conselho Diretor da entidade, competirá a esta Conferência Nacional de Estatística indicar quatro representantes de organização usuárias de estatística para completarem a constituição da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas (CONPLANE).

De acordo com o dispositivo no artigo 31 do seu Estatuto, a Fundação deve convocar, periodicamente, a intervalos que não devem exceder 3 anos, a Conferência Nacional de Estatística (CONFEST), com o objetivo de examinar, com representantes dos Ministérios, Governos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de estatística, técnicos e especialistas em assuntos relacionados com estatísticas contínuas e censitárias, os programas das respectivas atividades, visando a alcançar, através da coordenação de esforços, o melhor atendimento das necessidades do País, nesse campo de atividades (Decreto-Lei n.º 161, de 13 de fevereiro de 1967, art. 14).

E foi em cumprimento a essa sábia determinação legal e estatutária que a Direção da Fundação IBGE teve a honra de promover esta Conferência, para o debate de importantes temas, relacionados à Estatística brasileira, inclusive daqueles mais diretamente ligados ao desenvolvimento do País. Do grau de objetividade com que soubermos, todos quantos participamos desta Conferência, equacionar problemas e encaminhar sugestões, dependerá, sem dúvida, o êxito de nossos trabalhos, no sentido de alcançar a finalidade precípua deste encontro: conseguir, através da coordenação de esforços, o melhor atendimento das necessidades do País, no campo das atividades estatísticas.

Quero, agora, referir-me ao ingente esforço desenvolvido pelo IBGE, a partir de 1964, para aperfeiçoar e intensificar os trabalhos de coleta, elaboração e divulgação de estatísticas, objetivando colocá-los ao nível das solicitações resultantes dos programas governamentais, especialmente nos campos econômico e social, bem como das necessidades de informações de natureza estatística por parte do setor privado.

Cumpre assinalar, com especial ênfase, o grau de atualização obtido no importante setor das estatísticas industriais. Em 1964, dispunha-se de dados preliminares do censo industrial, que se referiam a 1959, ou de resultados gerais e sistemáticos, decorrentes dos levantamentos contínuos, relativos a 1958. De

1965 a esta parte — vale dizer, em 3 anos de atividades — foram divulgados os resultados gerais de 1962, 1963, 1964, 1965, 1966 e 1967.

A partir de janeiro último foi iniciada a divulgação de pesquisa mensal, para efeito da obtenção de indicadores da produção industrial, de grande interesse para os órgãos incumbidos do planejamento econômico, financeiro e fiscal. E nesta data, é oportuno registrar, já estão divulgados os resultados dessa pesquisa referentes a abril de 1968.

Encontram-se prontos para publicação o “Cadastro Industrial Brasileiro” e o volume “Indústria de Transformação, por Município”. O primeiro, em 15 tomos, apresenta a relação de 160.000 estabelecimentos industriais, discriminados por gênero de indústria e dimensionamento quanto ao pessoal ocupado e valor das vendas. O segundo, divulgará resultados gerais da produção industrial por Município e gênero de indústria.

No campo das estatísticas sociais, destaca-se um empreendimento de largo alcance, destinado a prover o governo e o setor privado de dados indispensáveis à realização dos planos da política sócio-econômica. Trata-se de moderno sistema de investigação estatística, de êxito já comprovado em outros países, denominado Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que investigará as características básicas da população e da habitação, e abrangerá aspectos relativos à saúde, nutrição, educação, nível econômico da família, mão-de-obra e migrações internas. A importância dessa pesquisa decorre ainda da possibilidade da obtenção, em períodos trimestrais ou semestrais, de informações que atualmente somente são conhecidas através dos censos decenais.

Iniciada, no segundo trimestre de 1967, a implantação da pesquisa nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, pouco depois foi a mesma levada a São Paulo e, em seguida, aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo.

Neste momento, estão sendo desenvolvidos os trabalhos de implantação da

pesquisa no Nordeste, abrangendo 9 Estados, do Maranhão à Bahia.

Os primeiros resultados, referentes à Região I (Guanabara e Estado do Rio) e à Região II (São Paulo) que serão distribuídos durante a realização desta Conferência, evidenciarão, sem dúvida, a potencialidade dessa pesquisa, quando ultimada sua estruturação.

Cuidados especiais vêm sendo dedicados ao setor das estatísticas agropecuárias. Para coordenar essa tarefa, das mais difíceis, o Conselho Diretor da Fundação já autorizou a criação do Centro Brasileiro de Estatísticas Agropecuárias (CBEA), que buscará alcançar seus propósitos com a cooperação dos Órgãos de Estatística e de Estudos Econômicos do Ministério da Agricultura, de órgãos especializados de Secretarias de Agricultura dos Estados, de técnicos vinculados a outras entidades interessadas no assunto, como IBRA, IPEA, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e, também, de assessoria técnica da FAO.

Faz-se oportuno, agora, referir o extraordinário empenho da direção colocada à frente do IBGE, em abril de 1964, no sentido de divulgar os dados do Censo de 1960. Ninguém ignora as circunstâncias que cercaram o desenvolvimento da operação censitária de 1960, no período 1959/64, em decorrência das quais, até 1965, apenas haviam sido divulgados dados preliminares e parciais de alguns dos censos. Graças ao tenaz e árduo esforço realizado desde então, foram concluídas as operações e publicados os dados relativos ao Censo Industrial, Censo Comercial e dos Serviços, e Censo Agrícola, faltando apenas concluir o Censo Demográfico, do qual já foram divulgados os resultados de 10 Unidades da Federação. Ressalte-se que a divulgação dos resultados definitivos dos censos Industrial, Agrícola, Comercial e dos Serviços, iniciada em maio de 1966, concluiu-se em setembro de 1967, ou seja, ocorreu em um período de 18 meses.

O árduo trabalho levado a termo com êsse objetivo não interferiu no planejamento do Censo Geral de 1970. Encontra-se em preparo, com a cooperação do Instituto Brasileiro de Geografia, a atualização da base geográfica

da importante operação censitária, prevendo-se para abril do próximo ano a conclusão dessa tarefa preliminar, com a atualização ou elaboração de quase 4.000 mapas municipais. No decorrer dos trabalhos desta Conferência, cabe salientar, serão apreciados os planos gerais de cada um dos Censos previstos para 1970.

Ao firme propósito de renovar e aperfeiçoar métodos e processos de trabalho, soma-se o cuidado de proporcionar ao pessoal integrante dos quadros do Instituto Brasileiro de Estatística oportunidades de treinamento e aperfeiçoamento profissional. Ao lado dos cursos regulares — de nível superior e médio — mantidos na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, funcionam no estabelecimento cursos de treinamento, destinados a adestrar o pessoal para melhor desempenho dos respectivos encargos e para o exercício de tarefas de maior responsabilidade e complexidade. No momento, algumas dezenas de elementos do Instituto Brasileiro de Estatística frequentam esses cursos, organizados como parte integrante das atividades normais dos servidores. Simultaneamente, cerca de 20 alunos dos 3.º e 4.º anos do Curso Superior de Estatística vêm prestando sua cooperação, como estagiários, a atividades do IBE ou de outros órgãos do sistema.

Senhor Ministro; Meus Senhores:

Não desejo alongar-me além do que fui obrigado pela necessidade de informar e esclarecer a respeito da situação geral da Estatística brasileira e das novas condições asseguradas à entidade coordenadora dos serviços estatísticos em âmbito nacional.

Acredito traduzir o pensamento, não apenas dos que integram os quadros da Fundação IBGE, mas também de todos aqueles que acompanham o desenvolvimento da vida ibgeana, ao afirmar que a entidade demonstrou, de maneira inequívoca, nos últimos anos, estar apta a participar, com eficiência, do programa de desenvolvimento que o Plano Estratégico elaborado pelo Ministério do Planejamento deve orientar. Ressente-se ela ainda, contudo, da falta de alguns recursos fundamentais, imprescindíveis ao pleno

êxito de suas tarefas, e que espero sejam obtidos a curto prazo.

Refiro-me sobretudo à necessidade de se proporcionar ao IBGE, a tempo, a capacidade de recrutar técnicos de nível superior, existentes no mercado, mas ainda inacessíveis à entidade. E também ao imperativo de dispor a Fundação IBGE de adequados meios financeiros, indispensáveis não só à manutenção dos padrões de eficiência arduamente alcançados por equipes dedicadas, e que já realizaram o máximo possibilitado pelas atuais condições de trabalho, como à extensão desse esforço a outros campos carentes de dinamização.

Meus senhores:

Tenho a firme convicção de que esta Primeira Conferência Nacional de Estatística contribuirá, de maneira efetiva, em favor do apuro, da extensão e da profundidade das estatísticas em nosso país, principalmente daquelas mais necessitadas pelos setores encarregados da orientação e condução das tarefas relacionadas com o desenvolvimento, e que interessam não apenas aos órgãos governamentais e às entidades privadas, mas a todo o povo brasileiro.

Como integrante da comunidade ibgeana, experimento especial satisfação em exteriorar esse sentimento na data aniversária do IBGE, cujo transcurso assinala o “Dia do Estatístico e do Geógrafo”, que hoje estamos festejando.

E deixo, aqui, aos ibgeanos de todo o Brasil, minha mensagem de fé e de confiança na constância do esforço dos companheiros de lutas pelo engrandecimento da nossa instituição.

Ao encerrar estas palavras, tenho o prazer e a honra de apresentar a Sua Excelência, o Senhor Ministro Hélio Beltrão, as mais sinceras manifestações de reconhecimento da Fundação IBGE, e dos participantes desta reunião, pelo apoio decidido que dispensou à realização desta Conferência e pela compreensão e descortino com que tem sabido conduzir, na área do Governo, os assuntos de interesse da Estatística Brasileira.